

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Ciencia e Concordancia.pdf (30.56 KB)
- Anexo II - Anexo II - Uniformes, Epi's, Equipamentos e Utensilios.pdf (130.72 KB)
- Anexo III - Anexo III - Instrumento de Medicao de Resultados-IMR.pdf (351.2 KB)
- Anexo IV - Anexo IV ETP.pdf (280.9 KB)
- Anexo V - Anexo V - Declaracao de Contratos Firmados.pdf (34.47 KB)

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda (identificar o Contratado) com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica n.º...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de 20.....

(Nome) e Cargo do Representante

ANEXO II

UNIFORMES, EPI's, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

Quantitativo apresentado a nas tabelas abaixo refere-se a um único profissional por função e está detalhado nas abas da planilha de custos correspondentes.

VIGILANTE	
Uniformes	
Descrição	Total
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	1
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO. (PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEÁVEL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
BOTA DE SEGURANÇA COTURNO, MATERIAL IMPERMEAVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA.	2
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

Equipamentos e Utensílios		
Descrição	Unidade	Qtde (A)
REVÓLVER CALIBRE .38, COM 6 PROJÉTEIS, FORNECIDO EM CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE, GARANTINDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E USO OPERACIONAL. O quantitativo definido servirá os pares dos postos , ou seja, assim o revolver a cada fim de turno será repassado a rendição do posto.	unid.	6
MUNIÇÃO PARA CALIBRE .38, FORNECIDOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICAVÉL, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES LEGAIS E TÉCNICAS PARA USO DO ARMAMENTO.	unid.	72
CONJUNTO PLACAS BALÍSTICAS CERTIFICADAS- NÍVEL DE PROTEÇÃO COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA BALÍSTICA CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS VIGENTES, DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE. O quantitativo definido servirá os pares dos postos , ou seja, assim o revolver a cada fim de turno será repassado a rendição do posto.	unid.	6
CAPA PARA COLETE BALÍSTICO (A PROVA DE BALAS), AJUSTÁVEL, PROJETADA PARA ACOMODAR AS PLACAS BALÍSTICAS, GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	24

CINTO DE GUARNIÇÃO PARA USO OPERACIONAL, COM COLDRE PARA ARMAMENTO E PORTA MUNIÇÕES (BALEIRO) E OUTROS ACESSÓRIOS INDISPENSÁVEIS PARA AS ATIVIDADES (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	24
COFRE PARA GUARDA DE ARMAMENTO (Lei 14.967/24 – Art.20 § 1ª alínea B.)	unid.	1
LANTERNA MODELO TÁTICO POLICE OU SIMILAR, RECARREGAVEL (CARREGADOR INCLUSO) E COM TECNOLOGIA LED CREE Q5, 3.000W, 8400 LUMENS, NA COR PRETA COM CLIP E/OU CAPA PARA TRANSPORTE NA CINTURA, TAMBÉM NA COR PRETA. (UMA POR POSTO DE TRABALHO NOTURNO)	unid.	6
RÁDIO TRANSPRETORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK), DISPOSITIVO DE COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTA PORTABILIDADE, TECNOLOGIA AVANÇADA E DESEMPENHO OTIMIZADO PARA OPERAÇÕES DE CAMPO, EQUIPADOS COM CARREGADOR E BATERIAS EXTRAS, PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL 24 HORAS.	unid.	6
LIVRO ATA /OCORRÊNCIA PAUTADO, 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA DURA.	un.	8
ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO REFORÇADO COM 4 COMPARTIMENTOS (PORTAS) INDIVIDUAIS.	un.	6

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

AValiação DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição
Finalidade	Prestar de Forma contínua, serviços de vigilância e segurança patrimonial nos Campi Fiocruz/RO, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes, EPIs, Materiais e Utensílios para a perfeita execução dos serviços
Meta a Cumprir	Executar de modo satisfatório e pontual o objeto contratado nos moldes descritos no Termo de Referência.
Forma de Acompanhamento	E-mail, Relatos formais, Documentos formulados pelo gestor/fiscal do contrato que demonstrem ocorrências durante a prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Início da Vigência	Data da Assinatura do Contrato

1 - FINALIDADE

Avaliar os serviços executados periodicamente, com a elaboração de relatórios técnicos mensais que subsidiarão os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais. Tais cálculos considerarão as pontuações obtidas nos referidos relatórios. A Fiscalização do contrato consolidará mensalmente os resultados do controle de qualidade dos serviços prestados, informando a empresa contratada os valores faturáveis, calculados com base nas pontuações dos relatórios.


2 - META A CUMPRIR

Este Instrumento de Medição de Resultado - IMR define e padroniza os critérios e parâmetros para avaliação de desempenho e qualidade da empresa Contratada na execução de serviço continuado de vigilância e segurança patrimonial nos campi Fiocruz/RO. Esses serviços incluem dedicação de mão de obra, fornecimento de uniformes, EPIs, materiais e equipamentos. O IMR estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços por meio de um ciclo contínuo de acordos. Adicionalmente, identifica irregularidades e impropriedades relacionadas à prestação dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas neste instrumento.

3 - VIGÊNCIA

A partir da data de assinatura do contrato.

4. CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES PARA OS ITENS AVALIADOS

		IMR - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL			
		EXCELENTE Plenamente satisfeito	BOM Satisfeito	REGULAR Precisando melhorar	MELHORAR Insatisfeito
SERVIÇOS PRESTADOS	A.1.1 Como pode ser classificada a adoção, por parte do serviço de vigilância e segurança patrimonial, do padrões de controle de acesso de pessoas e veículos?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.1.2 De forma geral, como podem ser avaliada as ações relacionadas aos serviços prestados aos usuários (trabalhadores, visitantes, etc), pelo serviço de vigilância e segurança patrimonial?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.1.3 Como pode ser avaliada a ocupação do posto de serviço quanto ao cumprimento do horário e permanência da profissional?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.1.4 Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora de serviços tem até 02 (duas) horas para fazer a cobertura, utilizando outro profissional. Como tem sido o cumprimento da cobertura para ausências do posto?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.1.5 As coberturas, no caso de ausências dos profissionais do posto, devem ser feitas utilizando profissionais com o mesmo perfil e habilidades. De que maneira pode ser avaliada a adequação dos perfis dos profissionais de cobertura?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.1.6 Como pode ser classificada a observância do tempo máximo para atendimento das solicitações de serviço recebidas?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
PROFISSIONAL DE VIGILÂNCIA	A.2.1 Bom senso, iniciativa, afabilidade, educação, agilidade e fluência verbal são algumas das competências pessoais necessárias ao profissional. Como podem ser classificadas as competências pessoais do profissional desta unidade?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.2.2 Evitar situações que crie a possibilidade a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências é competência do profissional vigilante. Como pode ser classificada essa competência dos profissionais?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.2.3 Como pode ser classificado o profissional quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
SUPERVISOR DE ÁREA	A.3.1 Dentre as funções do supervisor de área estão previstas as atividades de: supervisionar a qualidade e a adequação dos serviços prestados; repassar orientações para trabalhadores e manter contato regular com a unidade assistida pelos serviços, visando sua conformidade. Em relação aos itens mencionados, como pode ser classificada a atuação do supervisor?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.3.2 Como pode ser classificado o supervisor de área quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
	A.3.3 A frequência da comunicação do Supervisor de área com a unidade assistida é essencial para o alcance da qualidade dos serviços. Essa frequência é satisfatória?	<div>Excelente</div>	<div>Bom</div>	<div>Regular</div>	<div>Melhorar</div>
A.1.5 SUGESTÕES OU APONTAMENTOS DE OUTRAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS					
<div>Resultado Apurado</div> <div>0 Pontos</div>		<div>Excelente</div> <div>0</div>	<div>Bom</div> <div>0</div>	<div>Regular</div> <div>0</div>	<div>Melhorar</div> <div>0</div>

5 - INTERVALO DE PONTOS PARA LIBERAÇÃO DA FATURA REFERENTE A AVALIAÇÕES DA QUALIDADE

Para obtenção do Valor Mensal da Fatura, os resultados das Avaliações da Qualidade, que corresponde a 100% do Faturamento Mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados, conforme descrito no item (7) do Termo de Referência, e tabela abaixo.

DE	ATÉ		Alíquota (%) para Liberação
09	10	Ótimo	Liberação (100%)
6	8	Bom	Liberação (98,5%)
3	5	Ruim	Liberação (96,5%)
0	2	Péssimo	Liberação (95,5%)

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A fiscalização do contrato realizará acompanhamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio de relatórios mensais.

6.2. A Empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a apresentação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.3. A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidades contínuas da prestação do serviço à qualidade exigida.

6.4. A Contratada deverá manter registros, controle e informações das adequações de pagamento(desconto) realizado em suas faturas mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

6.5. Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

6.6. Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

6.7. O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser utilizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

6.8. A empresa Contratada após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que forem causa de desconto na fatura anterior.

6.9. Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados por profissionais designados pela unidade assistida e servirão de atesto para liberação do pagamento da fatura.

Anexo IV

Estudo Técnico Preliminar 48/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25380.001952/2025-19

2. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, produção de vacinas e medicamentos, ensino, inovação e prestação de serviços de referência em saúde. A Fiocruz Rondônia, inserida nesse contexto, desempenha um papel estratégico na pesquisa científica e na promoção da saúde pública, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional. Para garantir a continuidade dessas atividades com segurança e eficiência, a manutenção de serviços essenciais, como a vigilância patrimonial, é indispensável.

Diante do exposto, a necessidade da nova contratação do serviço de vigilância decorre da manifestação formal da empresa atualmente contratada, por meio de ofício nº (id 4652393), informando sua intenção de encerrar o contrato vigente firmado entre a FBX – Serviços de Segurança Ltda e a Fiocruz Rondônia, localizada na Rua da Beira, 7671, bairro Lagoa, Porto Velho/RO, CEP: 76812-245. Considerando que os serviços de vigilância (armada e motorizada, diurna e noturna) são essenciais para garantir a segurança patrimonial, a proteção de colaboradores, pesquisadores e visitantes, bem como a continuidade das atividades institucionais, faz-se imprescindível a realização de nova contratação.

Além disso, será necessário a ampliação no novo contrato, para ocupação de forma gradativa de acordo com a necessidade, devido à aquisição do prédio localizado na BR BR-364 – km 6,5 s/n – Porto Velho/RO, uma edificação de 10.046,27 m² de área, sendo dividido em 7 blocos e 1 lanchonete. Possuindo uma área total do terreno de 16,8516 hectares.

O dimensionamento do serviço de vigilância prevê a alocação de 6 (seis) postos de trabalho diurnos (12x36) e 6 (seis) postos de trabalho noturnos (12x36), totalizando 24 (vinte e quatro) profissionais, estruturados de forma a atender com eficiência a dinâmica das atividades e os horários praticados no mercado, o que inviabiliza a adoção de outros critérios de aferição de resultados. A distribuição dos postos contempla a Sala de Monitoramento (diurno e noturno) com vigilantes armados, ronda motorizada (diurno e noturno) com vigilantes armados e a vigilância ostensiva das áreas externas dos blocos (diurno e noturno) com vigilantes armados, garantindo a segurança patrimonial e o controle adequado de acessos em toda a unidade.

A definição da quantidade de postos e vigilantes considerou a mudança para o novo prédio. A nova estrutura apresenta uma área total significativamente maior e contempla diferentes tipos de ambientes, como salas administrativas, laboratórios, auditórios, biblioteca, almoxarifado, refeitório e espaços de apoio logístico, cada um com necessidades específicas de segurança.

A alocação desses postos é essencial para prevenir riscos como acessos não autorizados, furtos, vandalismo e demais incidentes que possam comprometer a segurança do patrimônio e das atividades desenvolvidas na unidade. Assim, a estrutura proposta é a que melhor atende às demandas institucionais, garantindo um ambiente seguro para o desenvolvimento das pesquisas e demais atividades acadêmicas e administrativas da Fiocruz Rondônia.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fiocruz Rondônia	Jansen Fernandes Medeiros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução a ser adotada deverá garantir a continuidade dos serviços, evitando qualquer interrupção entre o término do contrato vigente de vigilância armada e a implementação da nova alternativa mais viável para todas as áreas que demandam esse serviço.

A solução adotada deverá atender a tipicidade do local a ser colocada em prática, conforme as características descritas neste ETP.

A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas.

A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados do horário comercial.

A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação.

A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades.

No caso da prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, deve atender os requisitos descritos na Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 que instituiu o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras no Brasil. Esta legislação estabelece diretrizes para a prestação de serviços de segurança privada por pessoas jurídicas e, em casos excepcionais, por pessoas físicas, abrangendo todo o território nacional. Além disso, define normas gerais para a segurança das instituições financeiras autorizadas a operar no país. (Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências), assim como, estar alinhada as Portarias DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023, e nº 18.974, de 7 de maio de 2024 (A primeira disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros, enquanto a segunda altera dispositivos da primeira, conforme publicado no Diário Oficial da União), tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

A operação de serviços de segurança privada deve ser autorizada pela Polícia Federal, que avalia o cumprimento de todos os requisitos legais, incluindo a apresentação de documentação e dados solicitados para fiscalização;

Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional no Estado de Rondônia;

Revisão de autorização para funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal/Coordenação Central de Polícia/Divisão de Controle de Segurança Privada;

Comprovante de registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) Rondônia, conforme a NR4;

Licença para funcionamento de estações: rádio fixa, estações móveis e de rádios portáteis tipo HT, expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Comprovante de autorização para compra de armas e respectivo registro de arma disponível em quantidade necessária ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste estudo, conforme determinam a Portaria DG/PF nº 18.988, de 15 de julho de 2024 e a Portaria DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023. O registro da arma deve incluir, pelo menos, marca, modelo e calibre, número de série e número do cano, nome da empresa de segurança privada e número do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (CRPJ) junto à Polícia Federal.

Para o exercício da profissão, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

- Ser brasileiro;
- Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- Possuir, no mínimo, ensino médio completo;
- Ter concluído curso de formação específico para vigilantes em instituição autorizada;
- Ter sido aprovado em exame de saúde que comprove aptidão física e mental para o exercício da função;

- Não ter antecedentes criminais registrados; e Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

5. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, a Equipe de Planejamento conduziu uma pesquisa para identificar a solução mais vantajosa e eficiente para atender à necessidade de “Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial”. As opções avaliadas foram:

1. **Vigilância Patrimonial Orgânica:** Descartada devido ao quadro reduzido de servidores e à ausência de cargos específicos para essa função. Mesmo com a existência de cargos, a necessidade de treinamento especializado e disponibilidade 24 horas seria um desafio. Há vedação para a contratação de servidores efetivos que detenham, dentre suas atribuições, a prestação de serviços de vigilância.
2. **Vigilância Eletrônica:** sem a utilização do vigilante in loco. Oferece alta eficiência e capacidade de resposta, a implementação dessa solução demandaria um investimento inicial significativo em infraestrutura de redes e equipamentos. A estrutura tecnológica atual da instituição é considerada rudimentar e insuficiente para substituir a vigilância presencial. Além disso, há limitações de percepção humana que pode não captar comportamentos sutis ou situações que exigem uma análise contextual, limitando a resposta imediata em emergências ou ameaça.
3. **Vigilância Patrimonial Tradicional:** Esta solução, que envolve vigilantes em postos fixos e rondas periódicas com equipamentos básicos, mostrou-se a mais viável no contexto atual da instituição. A terceirização do serviço, liberando a instituição para focar em suas atividades principais e garantindo a segurança patrimonial com um investimento inicial menor. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do decreto supracitado, cuja execução indireta é vedada; A Portaria nº 443, de 27/12/2018, do antigo Ministério do Planejamento, em seu art. 1º, inciso XXI, estabelece, inclusive, que os serviços de vigilância patrimonial, preferencialmente, serão objeto de execução indireta mediante contratação. A Portaria nº 21.262, de 23/09/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, estabelece diretrizes e normativas para a contratação do serviço.

Considerando as limitações da vigilância orgânica e eletrônica, e levando em conta a legislação vigente que incentiva a terceirização de serviços de vigilância, a contratação de uma empresa especializada em Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial tradicional, apresenta-se como a solução mais adequada neste momento.

No que se refere à busca da melhor solução para prosseguir com o planejamento da contratação de serviços de vigilância terceirizada, foi verificada empresas locais especializadas na prestação destes serviços técnicos, das quais fizemos contato por e-mail com a solicitação de proposta de mercado para compor o preço estimado da Administração, foi realizada pesquisa junto aos prestadores de serviços nos termos da IN nº58/2022, em que foram discriminados os valores unitários estimados para contratação utilizando a combinação de outras fontes consultadas para estimativa de valores de referência, conforme abaixo.

No que diz respeito a execução atual, é realizada através do Contrato n.º 02/2023-COGIC. A solução adotada hoje é a contratação de postos de trabalho em regime de mão de obra residente e tem se mostrado adequada em razão das atividades serem habituais e rotineiras, essenciais para a instituição. As atividades necessárias ao atendimento da necessidade fazem parte da rotina da Fiocruz Rondônia e no atual modelo de execução, os postos de trabalho da contratada ficam à disposição da Administração, evitando-se a descontinuidade dos serviços.

Pontos fortes da solução: Evita descontinuidade, presença física dissuasória e resposta imediata a incidentes, proporcionando uma sensação de segurança e ação rápida em caso de necessidade. A empresa contratada realiza a manutenção de sua equipe, se responsabiliza por questões relacionadas a vínculos empregatícios, treinamentos, manutenção e gastos com equipamentos, entre outros; Economicidade e Eficiência na prestação dos serviços; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração.

Pontos negativos da solução: Vulnerabilidade a falhas humanas e limitações físicas; a existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

6. Descrição da solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item “Levantamento de Mercado”, suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que a solução que mais satisfaz as necessidades do campus Fiocruz, é a vigilância patrimonial com a prestação de serviços contínuos. Esse modelo, tem sido utilizado na instituição há tempos e durante serviços contínuos todo o período tem demonstrado sua efetividade no benefício direto a segurança das instalações, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio, ou a integridade física dos servidores, discentes e transeuntes que circulam nas instalações desta Fundação, a qualquer hora contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição, no quantitativo que seja necessário para que a Fiocruz possua condições necessárias para o desenvolvimento das atividades nos campi. Assim, justifica-se esta solução, dentro outros pontos, em razão das atividades de monitoramento e controle patrimonial serem habituais e rotineira, sendo rotina de todo o campus.

Destacamos que na atualidade, diversos órgãos públicos adotam esta solução para contratação de empresa terceirizada por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente. Dentre outros podemos citar: Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Universidades Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, etc. Conforme levantamento de mercado foi possível identificar que, por força da legislação pertinente a matéria de Vigilância e Segurança Patrimonial armada e desarmada, Lei Federal n.º 14.967 de 9 de setembro de 2024, percebe-se que não há outra opção no mercado para o exercício de Vigilância Patrimonial armada e desarmada, se não, a contratação de Empresa de Segurança Privada, certificada e autorizada para funcionamento pela Polícia Federal.

A solução supramencionada, é ancorada na legislação acima, que orientam de forma concisa, que vão desde o necessário para se mensurar a idoneidade de uma empresa de segurança privada, sua habilitação, tipo de armamento, tipo de uniforme, condições de veículos, meios de comunicação, perfil dos profissionais.

A contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Vigilância Patrimonial, deverá ser prestado por uma empresa credenciada nos órgãos fiscalizadores, especificamente o DPF - Departamento de Polícia Federal, fornecendo pela essencialidade, de forma contínua e permanente, mão de obra habilitada e qualificada, capaz de assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de maneira que não interrompa ou comprometa a prestação de serviços públicos, ou o cumprimento da missão institucional da Fiocruz.

O serviço deve contemplar a previsão de pagamentos mensais à contratada, que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços. A medição mensal do serviço deverá estar associada a resultados pretendidos pela Administração, cujos instrumentos de apoio serão o Relatório de Medição e o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para a fiscalização para a execução dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Inicialmente, ressaltamos que Fundação Oswaldo Cruz, utilizou como critério de quantificação da demanda os tipos de escala de posto de vigilância que a Instrução Normativa nº 05/2017 traz em seu anexo VI-A, conforme abaixo:

- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 12 profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante líder);
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 12 profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante líder).

Portanto, visando melhor aproveitamento dos postos e por consequência melhor economia, o estudo de distribuição dos postos levou em consideração, além do disposto na IN 05/2017, a previsão do tipo de escala que se encontra destacada na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT Sintesv-RO e os seguintes pontos:

Os postos 12 horas por 36, diurnos e noturnos, serão alocados em locais maiores movimento durante o horário de expediente e em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma, tais como: portarias, estacionamentos, pátios, pavilhões e edificações que possuem maiores demandas.

Cabe ainda destacar que foi observada a execução do contrato nº 02/2023-COGIC, SEI nº: 25380.003189/2021-29, para fins de melhor aproveitamento dos postos de vigilância, tanto em escala, quantidade e distribuição dos postos. Os atuais quantitativos apresentam solução favorável de execução. Entretanto, para a nova contratação, foi levantada a necessidade de um aumento do efetivo em consequência da aquisição do novo campus.

Mediante ao exposto, os quantitativos apresentados nas tabelas abaixo são suficientes e necessários à atual situação da Fiocruz, considerando os contextos de manifestações, eventuais roubos/furtos, controle de acesso de pessoas e veículos, ocorrências de segurança, trocas do horário de almoço, dentre outras condições.

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pela quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos com aplicação dos equipamentos e materiais e detectados neste estudo, para os locais e quantitativos abaixo elencados:

Períodos	Total de Postos	Total de Profissionais
Diurno	6	12
Noturno	6	12
Total	12	24

Quantidade de Postos e de Profissionais por alocação e endereço:

Item	Descrição do Profissional	(Atual Sede) <u>Quant. Postos</u>	(Novo Campus) <u>Quant. Postos</u>	Quant. Total de Postos	Quant. Total de Profissionais
1	Vigilante Patrimonial 12X36-84 H/Sem. DIURNO (ARMADO+Colete)	2	3	5	10
	Vigilante Patrimonial 12X36-84 H/Sem. NOTURNO (ARMADO+Colete)	2	3	5	10
	Vigilante Patrimonial 12X36-84 H/Sem. DIURNO Vigilante Líder (ARMADO+Colete)	0	1	1	2
	Vigilante Patrimonial 12X36-84 H/Sem. NOTURNO Vigilante Líder. (ARMADO+Colete)	0	1	1	2

Observação 1.: Conforme previsto na Gratificação **Vigilante Líder** - Cláusula 31ª, os vigilantes que exercerem a função de “vigilante líder” farão jus ao adicional de **20% (vinte por cento)** sobre o salário base, a título de gratificação de função, enquanto perdurar o exercício efetivo da função, sem qualquer incidência de reflexos e encargos.

Observação 2.: Conforme previsto na Cláusula 27ª, §1º em caso de **trabalho noturno** as horas serão de 60 minutos, remunerados no **percentual de 25%** para os períodos laborados entre 22:00h e 06:00h, sobre o salário base da categoria.

O detalhamento, especificação, quantidades e características básicas dos uniformes, EPIs, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços estão descritos, de forma pormenorizada, no item 12 deste Estudo Técnico Preliminar.

UNIFORMES E EPIS

A descrição e o quantitativo de uniformes e EPI'S utilizados para compor a média da Administração são meramente exemplificativas, podendo a licitante cotar outros itens de acordo com sua especificidade, devendo se atentar para outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional.

É necessário ainda que a empresa contratada disponibilize para os postos de vigilantes com previsão do segundo uniforme (atentando para o Art. 148. da PORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024. Para os demais vigilantes o uniforme será o previsto no Art. 144 e Art. 145, conforme grifo abaixo:

CAPÍTULO VIII

DO UNIFORME DO VIGILANTE

Art. 144. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1º A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de seis meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante - CNV e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 e a data de validade.

§ 2º O traje dos vigilantes empenhados na atividade de segurança pessoal não necessitará observar o caráter da ostensividade, aplicando-se quanto a estes o disposto no art. 70, § 2º.

§ 3º A validade da plaqueta de identificação do vigilante poderá ser aposta de forma a ser substituída a cada vencimento sem que seja necessária a reprodução de todo o documento.

Art. 145. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

Art. 148. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, podendo um deles ser terno ou paletó, observadas as peculiaridades da atividade e o local de prestação do serviço, bem como os requisitos do art. 144, §1º.

MATERIAIS

Os materiais relacionados no item 12 deste ETP são de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada providenciar e deverão ser avaliados e aprovados pela Contratante quanto ao tipo, quantidade e especificação.

É de responsabilidade da empresa contratada definir e disponibilizar meios de registro de ocorrência e de outros registros de informações essenciais às atividades desenvolvidas rotineiramente. A título de cooperação, destacamos que é utilizado atualmente o **livro de ocorrências**, tipo capa dura na cor preta, com 200 folhas numeradas de 001 a 200, destinados aos locais indicados pela fiscalização do contrato.

Tendo em vista a necessidade de cumprimento da alínea "a" do Item 24.4.1 e alínea "e" do Item 24.4.3, tudo da NR-24 (Condições de Higiene e Conforto no Local de Trabalho), a empresa contratada, deverá providenciar **Armário** (Roupeiro de Aço com 4 compartimentos) para distribuição aos seus profissionais nos postos de trabalho da Fiocruz. Cabe Registrar que os armários deverão ser entregues conforme demanda identificada pela fiscalização operacional e os armários serão pagos a contratada conforme forem entregues e devido à forma de fornecimento serão integrados ao patrimônio da contratante.

NR 24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

24.4 Vestiários

24.4.1 Todos os estabelecimentos devem ser dotados de vestiários quando:

- a) a atividade exija a utilização de vestimentas de trabalho ou que seja imposto o uso de uniforme cuja troca deva ser feita no próprio local de trabalho; ou**
- b) a atividade exija que o estabelecimento disponibilize chuveiro.**

24.4.3 Os vestiários devem:

- a) ser mantidos em condição de conservação, limpeza e higiene;**
- b) ter piso e parede revestidos por material impermeável e lavável;**
- c) ser ventilados para o exterior ou com sistema de exaustão forçada;**

- d) ter assentos em material lavável e impermeável em número compatível com o de trabalhadores; e
- e) dispor de armários individuais simples e/ou duplos com sistema de trancamento.

24.4.6 Os armários simples devem ter tamanho suficiente para que o trabalhador guarde suas roupas e acessórios de uso pessoal, não sendo admitidas dimensões inferiores a: 0,40m (quarenta centímetros) de altura, 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade.

EQUIPAMENTOS

Os equipamentos relacionados no item 12 deste ETP são de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada providenciar e deverão ser avaliados e aprovados pela Contratante quanto ao tipo, quantidade e especificação. Trata-se de **relação do mínimo necessário obrigatório**, podendo a contratada utilizar quaisquer outros equipamentos que tenham aumento de produtividade comprovada, respeitem critérios de sustentabilidade e autorizados pela contratante. Os equipamentos serão de propriedade da Contratada, e a contratante pagará dentro dos 12 (doze) meses de vigência de contrato o percentual correspondente a sua durabilidade anual, conforme apresentado na planilha de custo e formação de preço. Os equipamentos somente poderão ser mantidos no contrato durante o tempo de durabilidade apresentado pela contratada, devendo os mesmos serem substituídos quando atingirem o limite supracitado.

Importante lembrar que serão necessários para prática dos serviços, os seguintes materiais e equipamentos que serão pormenorizados no Termo de Referência, sendo:

Armas para atender aos Postos de Trabalho DIURNO e NOTURNO, sendo elas, conforme tipo e calibre permitido na legislação vigente, guardada em coldre compatível com o uniforme social ou operacional. Cumprir esclarecer que as armas usadas no período diurno são as mesmas armas usadas no período noturno, havendo passagem das armas entre os turnos dos postos de trabalho.

Importa saber que para cada arma, deverá ser disponibilizada pela Contratada as respectivas munições, compatíveis em calibre permitido conforme legislação pertinente. Entendemos que, no caso de ser revólver calibre 38 com tambor para seis munições, serão necessárias 06 (seis) munições para a arma e 06 (seis) munições reservas, guardadas na baleira do profissional, somando-se um total de 876, (oitocentas e setenta e seis) MUNIÇÕES. conforme determina o Art. 116 e 117 da PORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024 (grifo abaixo).

Art. 116. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir pelo menos duas e no máximo quatro cargas para cada arma que possuírem, de acordo com o calibre respectivo.

Art. 117. As armas de fogo utilizadas pelos vigilantes em serviço deverão estar municiadas com carga completa.

A empresa contratada, deverá providenciar sob suas expensas conjuntos de Placa Balística (para uso com capa suporte de painel balístico) com resistência balística mínima do Nível II-A de proteção balística previstos como EPI do Vigilante, Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06). Cumprir esclarecer que as Placa Balística usadas no período diurno são as mesmas usadas no período noturno, havendo passagem das placas entre os turnos dos postos de trabalho.

NR 06 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ANEXO I

LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

E.1 - Vestimentas:

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra agentes mecânicos.

Rádios Transceptores de comunicação portátil (HAND-TALK) com carregador e Bateria extras, com frequência e potência para o alcance entre si em todos os postos de trabalho, lotados nos endereços em que estiverem distribuídos.

Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços.

Estação base (Repetidora) de rádio, com sistema repetidor formado por dois transceptores, com potência para alcance à todos os postos de serviços locados no Campus da Fiocruz Manguinhos. Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores.

Lanternas modelo Tático Police ou similar, recarregável (carregador incluso) e com tecnologia Led Cree Q5, 3.000w 8.400 Lumens, na cor Preta com clip/capa para transporte em cintura, também, na cor preta, para os postos de trabalho noturno.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

Preço baseado no estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho SIND.TRAB.SEG.VIG.TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMAÇÃO DE VIG. EST. RONDÔNIA, CNPJ n. 84.638.139/0001-55; SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ n. 63.628.150/0001-64, da categoria profissional, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos na CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da Categoria	Auxílio Alimentação
Vigilante	R\$ 1.695,43	R\$ 41,00

Observação 1.: para efeito de isonomia das propostas, foram estimativos os percentuais de 30% para periculosidade, visando à sustentabilidade jurídico-financeiro do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) **Laudos Periciais**, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho, **sob responsabilidade da contratada**, devidamente credenciado no MTE. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato. Caso o laudo indique que não há exposição na totalidade dos postos ou se apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

2. Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de **uniformes, materiais/equipamentos e veículo** foram baseados na divulgação de processos licitatórios, consulta a pesquisa de preços com empresas prestadoras de serviço do ramo, bem como em consulta em mídias especializadas, conforme anexo deste ETP. Segue abaixo as **estimativas mensais** por categoriais profissionais:

Profissionais	Uniformes	Equipamentos e Utensílios	Motocicletas
Vigilante Armado (diurno)			
Vigilante Armado (noturno)			

Observação 01.: O valor total mensal dos equipamentos foi dividido pela quantidade de profissionais de cada categoria.

Observação 02.: O valor total dos materiais foi colocado separadamente, para pagamento conforme entregas.

Observação 03.: Os custos unitários de Uniformes e EPIs; Equipamentos e Ferramentas conforme disposto neste estudo estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

3. Preço baseado no estabelecido em Legislação trabalhista e Previdenciária, e aqueles previstos na Legislação Própria, conforme abaixo descrito:

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%		
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	$[(1/12) \times 100]$	Art. 7º, VIII, CF/88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII d Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	$[(1+1/3)/12] \times 100$	Art. 7º, VIII, CF/88. % Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII d Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	Incidência da alíquota total dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições X custo de décimo terceiro + custo 13º Salário, Férias e Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		27,57%		
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%		
A	INSS	20,00%	20%	Art. 22, Inciso I da Lei 8.212/91
B	Salário Educação	2,50%	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/82
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	6,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RAT x FAT - Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta - Para estimativa, considerado o maior valor possível.
D	SESC ou Sesi	1,50%	1,50%	Art. 3º, da Lei 8036/90
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60%	Art. 8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90
G	INCRA	0,20%	0,20%	Lei 7787/83 e DL 1146/70
H	FGTS	8,00%	8,00%	Art. 15, da Lei 8036/90 e Art. 7º III, CF
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		39,80%		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			Memória de Cálculo	Fundamento
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss CLT Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2003 do TCU
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	$\% \text{ Aviso Prévio Indenizado} \times \% \text{ FGTS} = 0,03\%$	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	Multa do API	Caderno de Logística Conta Vinculada. Acórdão 2161/2021 TCU-Plenário
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss da CLT. Refere-se à indenização de sete dias corridos devidos ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	$\% \text{ Aviso Prévio trabalhado} \times \% \text{ total submodulo 2.2}$	Súmula nº 305/TST
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	Multa do APT	Caderno de Logística Conta Vinculada. Acórdão 2161/2021 TCU-Plenário
TOTAL DO MÓDULO 3		7,16%		

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%		
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	$\% \text{ submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional } 11,11 + \% \text{ submódulo 2.1 alínea a - } 13 \text{ salário } 8,33\% / 12 \text{ meses} = 1,62\%$	Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitos art. 123 e o Inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título.
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com art. 10, §1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Arrolado no item 21 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6 / 12 = 0,03\%$	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPF 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde ao cálculo:
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	5,96/30/12	Art. 476 da CLT; art. 6º, §1º, alínea "I", da Lei 605/49 c/c art. 12, alínea "I", do Decreto 27.048/49 e Acórdão TCU nº 1.753/2008 Plenário. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. $(5,96 \text{ dias} / 30 \text{ dias}) \times (1 / 12 \text{ meses}) = 0,0166 = 1,66\%$. Custo dos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. (
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%		
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%		
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado.	

[Voltar ao Tutorial](#)

Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado da empresa, devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração, deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo, e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio-transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu a tarifa do Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por viagem.

A despesa decorrente do auxílio-transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz. O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo.

Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (segunda a domingo) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

No momento da execução e fiscalização, a Administração, irá considerar para pagamento, apenas os dias efetivamente trabalhados.

Os parâmetros para estimativa para Custos Indiretos e Lucro Preços foram baseados no recomendado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, quais sejam, os percentuais de lucro de 5% e custo indireto de 10%.

A empresa elaborará a proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato. O percentual do ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços, conforme destacado na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas máximas do Lucro Real de: PIS 1,65%; COFINS 7,60%; ISS 5,00%.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz chegou, assim ao valor mensal de R\$ XXXX, e anual de R\$ XXXX.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Este estudo visa à execução de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial para o campus da Fiocruz Rondônia, ou seja, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Assim, pode-se considerar que se trata de um serviço comum, a ser licitado por Pregão, na forma Eletrônica e necessita, para execução do serviço, a contratação de uma empresa, com especificidade para o fornecimento e gerenciamento de mão de obra, com credenciais em segurança privada, as quais existem diversas empresas especializadas no recrutamento e gestão de pessoal especializado para execução das atividades, não se vislumbrando qualquer perda de potencial ou vantagem e nem de desestímulo o aumento da competitividade.

Nesse sentido, o objeto a ser licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades, considerando que os serviços consistem em apenas um objeto a ser prestado por empresa especializada. Uma única empresa contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes que inviabilizasse contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento entre a contratação e o planejamento se insere no DFD 405/2024.

12. Uniforme/EPIs/Materiais e Equipamento

Uniformes e EPIs

Conforme informado no item 7 deste ETP, segue, de forma pormenorizada, as informações referentes aos uniformes e EPIs:

I) A descrição e o quantitativo de uniformes indicados pela Administração são meramente exemplificativos, a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

II) A descrição e o quantitativo dos EPI são meramente exemplificativos, devendo a licitante cotar outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional. Não podendo em qualquer tempo a empresa contratada negar o fornecimento de equipamentos, sob a justificativa dos mesmos não estarem previstos pela Administração.

VIGILANTE MOTOCICLISTA	
Descrição	Quantidade
Camisa manga curta: camisa em algodão/poliéster, manga curta, cor padrão da empresa	4
Calça: corte reto, confeccionada em tecido poliéster/algodão, cor padrão da empresa.	4
Cinto: cinto de nylon, fivela plástica, ajuste rápido, resistente e leve.	2
Meia: meias em poliéster/algodão, comprimento até o tornozelo, cor padrão (par).	4
Cobertura: quepe ou boné com emblema da contrata.	2
Agasalho impermeável.	1
Crachá de identificação: crachá em PVC, personalização em impressão digital co dimensão padrão.	1

VIGILANTE	
Descrição	Quantidade
Camisa manga curta: camisa em algodão/poliéster, manga curta, cor padrão da empresa.	4
Calça: corte reto, confeccionado em tecidos poliéster/algodão, cor padrão da empresa.	4
Cinto: Cinto de nylon, fivela plástica, ajuste rápido, resistente e leve.	2
Meia: meia em poliéster/algodão comprimento até o tornozelo na cor padrão (par).	4
Cobertura: quepe ou boné com emblema da contrata.	2
Agasalho impermeável.	1
Crachá de identificação: crachá em PVC, personalização em impressão digital co dimensão padrão.	1
EPI	
Bota de segurança coturno, material impermeável, solada de borracha com aderência.	2
Capa de chuva, na cor preta, impermeável, em PVC forrado, com capuz e manga longa comum. Botões de pressão em metal ou plástico, com costura reforçada nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixas refletivas na altura das costas e nas mangas, tórax e punhos.	1

Observações:

A Contratada poderá sugerir outro conjunto de uniformes para a aprovação da Contratante;

Os uniformes deverão ser fornecidos no início da vigência do contrato e deverão ser substituídos sempre que houver necessidade;

Os quantitativos descritos são por profissional de cada função.

Equipamentos e Materiais

Conforme informado no item 7 deste ETP, segue, de forma pormenorizada, as informações referentes aos materiais e equipamentos, sendo:

Equipamentos	
Descrição	Quantidade
Revolver calibre (38) com projéteis, fornecidos conforme legislação pertinente, garantindo a adequação às normas de segurança e uso operacional.	6
Munição para calibre (38), fornecidos de acordo com legislação aplicável, atendendo às especificações legais e técnicas para uso do armamento.	72
Conjunto de placas balísticas certificadas com nível de proteção compatível com os requisitos técnicos de segurança balística conforme legislação e normas vigentes, dentro da validade especificada pelo fabricante.	6
Capa para colete balístico (a prova de balas), ajustável, projetada para acomodar as placas balísticas, garantindo conforto e proteção ao usuário. (uso individual por profissional armado por questões de saúde, higiene e conformidade com boas práticas de segurança do trabalho).	24
Cinto de guarnição para uso operacional, com coldre para armamento e porta munições (baleiro) e outros acessórios indispensáveis para as atividades (uso individual por profissional armado por questões de saúde, higiene e conformidade com boas práticas de segurança do trabalho).	24
Capacete motociclista, alta resistência desenvolvido para proteção do motociclista, conforme legislação vigente. Certificado pelo INMETRO, norma ABNT NBR 7471 dentro da validade especificada pelo fabricante (uso individual por profissional motociclista por questões de saúde, higiene e conformidade com boas práticas de segurança do trabalho).	4
Lanterna modelo tático pólice ou similar, recarregável (carregador incluso) e com tecnologia led cree q5, 3.000w, 8400 lumens, na cor preta com clip e/ou capa para transporte na cintura, também na cor preta. (uma por posto de trabalho noturno).	6
Relógio de ponto eletrônico, equipamento para registro de ponto, atendendo às exigências de controle de frequência, conforme legislação vigente.	1
Estação base (repetidora) de rádio, dispositivo central para comunicação via rádio, compatível com o sistema de rádios transceptores portáteis (hand-talk), garantindo eficiência e qualidade na transmissão.	1
Rádio transceptor de comunicação portátil (hand-talk), dispositivo de comunicação individual de alta portabilidade, tecnologia avançada e desempenho otimizado para operações de campo, equipados com baterias extras, para garantir o funcionamento contínuo e confiável 24 horas.	6
Cofre com base na Lei 14.967/24 – Art.20 § 1ª alínea B.	1

Materiais	
Descrição	Quantidade
Livro ata/ocorrência pautada com 200 folhas numeradas e capa dura.	8
Armário roupeiro em aço reforçado com 4 compartimentos (portas) individuais.	6

I) relação do mínimo necessário obrigatório para os equipamentos;

II) e relação meramente exemplificativa para os materiais.

Observação: A manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos será de responsabilidade da Contratada.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Oferecer condições adequadas de controle e segurança nas áreas e nas instalações, para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas, nos campi Fiocruz Rio de Janeiro.

Assegurar e mitigar os riscos de insegurança nos âmbitos comuns e nas às instalações da Instituição.

Assegurar constitucional de proteção aos “Bens da União” previstas nos Incisos I, III e IV do Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A contratação dos serviços continuados na área de apoio da segurança operacional, relativas às atividades de controle e proteção aos bens públicos, é imprescindível para a realização das atribuições diárias dos setores da Instituição, sejam elas meio ou finalísticas. Tal benefício a ser alcançado torna-se ainda mais essencial, pois essas atividades não se confundem com as das categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

14. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato, visto que a Fiocruz Rondônia já possui a prestação do serviço, veem sendo prestado ininterruptamente.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Sabendo que impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, os mesmos podem ser considerados positivos e/ou negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, onde todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, capítulo III, Art. 5.º, incisos I, II, III e § 1º, que indica exemplos de produtos sustentáveis, exceto aqueles em que não se aplicam a referida norma. Conforme abaixo:

Realizar a análise do ciclo de vida do produto, levando em consideração os seguintes processos:

- Produção – Avaliar os materiais utilizados na fabricação, se são reciclados, biodegradáveis, atóxicos, de madeira de reflorestamento e como é o processo de produção, se usa trabalho infantil e/ou escravo e se as máquinas reduzem os resíduos gerados;
- Distribuição - Avaliar se as embalagens são compactas, se a indústria é local e se o produtor é local;
- Uso – Avaliar se o produto economiza água e energia e se é educativo, que leva à conscientização ambiental;
- Destinação Final - Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e/ou com possibilidade para o reuso.

As práticas ambientais sustentáveis mencionadas visam promover a proteção ambiental, a redução da poluição e a utilização mais sustentável dos recursos naturais, assim como atuar em consonância com o Guia de Contratações Sustentáveis – 5ª Edição Jul 2022 e o item “5.7.2 Vigilância” do Plano de Logística Sustentável – PLS, da Fiocruz, e devem ser observadas no momento de aquisições de bens, produtos e contratações.

Promover práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

Conduzir ações conforme a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente;

Utilizar veículos elétricos/eficientes, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e a dependência de combustíveis fósseis, além de melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição sonora;

Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Cumprir registrar que é de extrema importância que a Fiocruz Rondônia, se estruture adequadamente para atender às expectativas dos serviços prestados e da população sobre sua atuação, sendo indispensáveis os serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, serviço indispensável para garantir as condições necessárias na segurança dos próprios públicos e do pessoal produtivos e usuários, pois através do serviço será possível proporcionar as condições adequadas de acolhimento dos usuários, a melhoria da segurança e o atendimento às necessidades de funcionamento com segurança no campus da Fiocruz Rondônia.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANSEN FERNANDES DE MEDEIROS

Agente de contratação

GILDAZIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Membro da comissão de contratação

JEAN CARLOS FEITOZA EVANGELISTA

Equipe de apoio

DARCY RODRIGUES DA SILVA

Equipe de apoio

MARCIO DA CUNHA AMARO

Equipe de apoio

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E / OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____ com sede (endereço completo), declara sob as penas da Lei que possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato
Valor Total dos Contratos R\$		

Observação: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, sendo facultado à Comissão a verificação da veracidade das informações, através de diligências junto às instituições contratadas com o licitante.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]